

ELAINE CRISTINA MICOS

**A GLOBALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS NO NÍVEL DE
EMPREGO MUNDIAL E O CASO BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao curso
de Ciências Econômicas, Setor
de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná.

**Orientador: Profº Drº Maurício
Aguiar Serra.**

CURITIBA

2004

TERMO DE APROVAÇÃO

ELAINE CRISTINA MICOS

A GLOBALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS NO NÍVEL DE EMPREGO MUNDIAL E O CASO BRASILEIRO.

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel no curso em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Maurício Aguiar Serra
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Professor:


Divonzir Lopes Belotto
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Professor:


Ramón García Fernández
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR

Curitiba, 20 de fevereiro de 2004.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	i
LISTA DE TABELAS.....	ii
LISTA DE SIGLAS.....	iii
RESUMO.....	iv
1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	2
3 – O DESEMPREGO NO MUNDO.....	7
4 – O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	13
CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS.....	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cálculo da taxa de desemprego aberto segundo critérios similares aos da PME.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de Desemprego Total da PED e PME – Regiões Metropolitanas – 1996

Tabela 02 – Brasil: evolução das taxas de desemprego urbana e rural e por grandes regiões geográficas, 1989 e 1998 (em %)

Tabela 03 – Brasil: evolução das taxas de desemprego por faixa etária, 1989 e 1998 (em anos e em %)

Tabela 04 – Brasil: evolução das taxas de desemprego por gênero, 1989 e 1998 (em anos e em %)

Tabela 05 – Brasil: Evolução das taxas de variação média anual da ocupação por setor nos períodos 1979/1989 e 1989/1998 (em %).

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BLS - Ofício de Estatísticas do Trabalho nos Estados Unidos

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócios-Econômicos

EUROSTAT - Ofício de Estatísticas da União Européia

FMI - Fundo Monetário Internacional

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PEA – População Economicamente Ativa

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIA – População em Idade Ativa.

PME - Pesquisa Mensal de Emprego

SEADE - Fundação Sistema Estadual Análise de Dados

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o desemprego no Brasil e no mundo, tendo como foco central da análise o processo de globalização. De fato, a globalização pode ser considerada como sendo uma das principais causadoras deste fenômeno na medida em que a tecnologia, motor principal deste processo, tem tido um papel duplo no que tange ao desemprego: diminui postos de trabalho, uma vez que as empresas buscam melhores condições de produção visando a maximização do lucro; e também é propulsora de uma melhor qualificação dos trabalhadores, que tentam adquirir mais conhecimentos para poder acompanhar a modernização dos postos de trabalho. Entretanto, o ponto crucial é que o quadro de desemprego tende a se manter preocupantemente inalterado em função de uma incapacidade dos países em estabelecer políticas de ampliação da qualificação da mão de obra.

INTRODUÇÃO

Verifica-se hoje no Brasil que o número de trabalhadores absorvidos pelo mercado de trabalho é proporcionalmente inferior ao número de trabalhadores que compreendem a oferta de força de trabalho, basta observar a miséria crescente nas cidades.

Ao mesmo tempo em que se observa a crise do emprego, presente no sistema capitalista, pode-se constatar a acentuada desestruturação do mercado de trabalho. O desemprego está presente em todos os países do mundo, sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento, porém a forma como os países enfrentam esta problemática acontece de maneira distinta.

Tendo em vista a crise no mercado de trabalho, que se agrava cada vez mais, tudo indica que dificilmente o mercado formal de trabalho crescerá o suficiente para absorver, senão a totalidade, pelo menos a maioria da população de trabalhadores.

No caso do Brasil, o mercado de trabalho é marcado pela necessidade de flexibilização do trabalho, pela concorrência internacional e pela diminuição dos mercados internos, o que causa o desemprego. Isto também é verificado com a entrada de novas tecnologias nas empresas

Este trabalho tem por objetivo analisar a realidade do mercado de trabalho mundial e brasileiro, levando em consideração o contexto da Globalização. Em função deste objetivo, ele está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo, que é o referencial teórico, objetiva mostrar não só o que é o desemprego mas também as suas formas de mensuração. No segundo capítulo procura-se discutir o desemprego mundial e suas causas, sendo a globalização o foco principal. Já no terceiro a discussão está centrada no Brasil e seu objetivo é analisar o desemprego no país de modo a sublinhar que este não é um fenômeno isolado. Por fim, na conclusão as considerações finais em relação à questão do desemprego são tecidas.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

O desemprego é um fenômeno mundial, não importando o grau de riqueza do país, uma vez que tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento são afetados por este problema preocupante, muito embora as políticas de combate ao desemprego sejam completamente distintas entre as diferentes nações. Antes de entrar nesta discussão, objeto dos capítulos subseqüentes, mostrar o que é o desemprego e quais as suas formas de mensuração, que é o principal objetivo deste capítulo.

O conceito clássico de desemprego, também chamado de desemprego aberto, identifica uma situação em que um indivíduo de uma certa faixa etária que não está trabalhando, esteja ativamente procurando por uma ocupação e está em plenas condições de exercer qualquer atividade laboral.

Há também o desemprego oculto, que pode ser tratado como subemprego, visto que são pessoas que também estão a procura de um emprego, porém para sobreviver, necessitam fazer alguma atividade.

Outra derivação do desemprego é o desemprego pelo desalento, que são aqueles que por não encontrarem emprego, desistem de procura-lo.

Já o desemprego total, que é formado pelo desemprego aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento, não é medido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pois não segue o padrão conforme critérios adotados pela mesma.

Dentro da População Economicamente Ativa (PEA), que formam o contingente de pessoas ocupadas e desocupadas de uma nação, os desempregados formam o conjunto de mão-de-obra excedente do país.

A nível mundial, existem várias instituições que medem o trabalho, desemprego, taxa de desemprego, os quais são: OIT, OCDE, ONU, FMI, Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento da Ásia, EUROSTAT, BLS, BID e a CEPAL

Há várias formas de medir este excedente de mão-de-obra, que pode ser desde trabalhadores inscritos em agências de emprego, cadastros patronais e sindicais, através de censos e amostras e até de pessoas que estão recebendo o seguro desemprego.

Em função da diversidade do tipo de medição nos diversos países, a OIT, OCDE e a EUROSTAT, estão com um projeto de padronização de metodologias e de conceitos para que se possa ter informações mais precisas e menos divergentes entre si.

Porém as dificuldades encontradas em se fazer esta medição de desemprego no mundo, não deve servir de desculpa para deixar de se realizar todas estas pesquisas. Para que isto não aconteça, foram adotados como informações estatísticas primárias sobre desemprego aberto, os dados obtidos a partir de publicações oficiais dos países que tem a prática contínua de geração de informações sistematizadas sobre o desemprego aberto, assim como de instituições internacionais promotoras tradicionais de estatísticas sobre o trabalho.

Após todo o trabalho de coleta, sistematização e análise do conjunto das informações estatísticas, foi possível constituir um banco de dados sobre o desemprego aberto referente a 141 países responsáveis por 91% da PEA mundial (POCHMANN, 2001).

No Brasil as taxas de desemprego são medidas através de pesquisas domiciliares, tais como a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

A PED é feita pela Fundação Sistema Estadual Análise de Dados (SEADE) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e é realizada mensalmente desde 1984 na região Metropolitana de São Paulo. Após alguns convênios com órgãos públicos locais, esta pesquisa agora também é realizada no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Belém.

A elaboração da metodologia da PED pretendeu estudar os diversos comportamentos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com abundante mão-de-obra e dinamizado por uma estrutura produtiva marcada por grandes diferenças entre as empresas, tais como, tamanho, tecnologia, participação no mercado, etc. (www.dieese.com.br)

Já a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) procura acompanhar o desemprego em seis regiões metropolitanas (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Recife), porém utilizando uma metodologia restrita na identificação daquele trabalhador sem emprego e à procura de trabalho. O conceito de desemprego aberto em sete dias é utilizado pela PME.

Cada uma das metodologias permite lembrar as taxas de desemprego, que são vistas na tabela 1, tomando como exemplo o ano de 1996.

Tabela 1 - Taxas de Desemprego Total da PED e PME Regiões Metropolitanas – 1996

Regiões	Taxas de Desemprego					
	PED – Total			PME		
	Jan	Fev	Mar	Jan	Fev	Mar
Belo Horizonte	11,8	12,7	13,5	4,18	4,39	5,32
Curitiba	11,9	12,6	13,5	(1)	(1)	(1)
Distrito Federal	16,8	16,7	17,2	(1)	(1)	(1)
Porto Alegre	10,8	11,3	13,1	5,40	6,05	6,61
Recife	(1)	(1)	(1)	4,81	6,26	7,28
Rio de Janeiro	(1)	(1)	(1)	3,50	3,33	4,36
Salvador	(2)	(2)	(2)	7,10	6,95	6,40
São Paulo	13,1	13,8	15,0	6,28	7,04	7,65

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE; FEE-FGTAS-SINE/RS; IPARDES-SETA-SINE/PR-COPEL; CODEPLAN/GDF-STb/GDF-CEI/FJP-SETAS-SINE/MG; IBGE. (1) Pesquisa não realizada na região. (2) Pesquisa em implantação.

Tendo visto o conceito de trabalho total, verifica-se que existe uma diferença muito grande em relação às taxas de desemprego pela PED e pela PME, visto que a PME tem outra classificação para os conceitos utilizados pela PED, como:

Quadro 1 - Principais Diferenças entre PED e PME

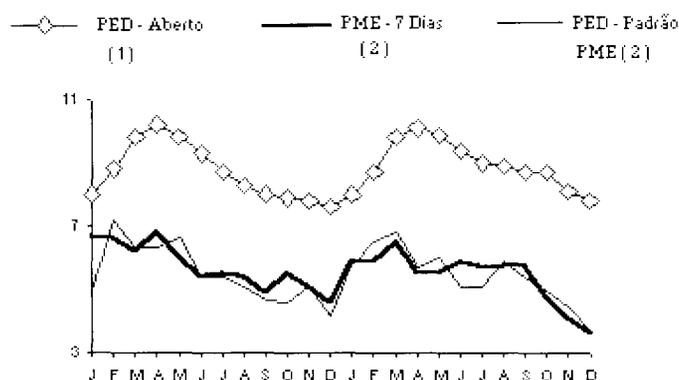
SITUAÇÃO DO INDIVÍDUO	CLASSIFICAÇÃO PED	CLASSIFICAÇÃO PME
Não trabalhou e procurou trabalho na semana	Desemprego Aberto	Desemprego Aberto
Sem trabalho e procura na semana, mas com procura de trabalho nos últimos trinta dias	Desemprego Aberto	Inativo
Sem trabalho na semana e sem procura nos últimos trinta dias, mas com procura nos últimos doze meses.	Desemprego Oculto pelo Desalento	Inativo
Com procura de trabalho combinada à realização de trabalho irregular nos últimos trinta dias	Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	Ocupado, se trabalhou na semana, ou inativo, se não trabalhou na semana
Sem procura de trabalho nos últimos trinta dias, com procura nos últimos doze meses e realização simultânea de trabalho irregular, inclusive nos últimos trinta dias	Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	Ocupado, se trabalhou na semana, ou inativo, se não trabalhou na semana
Com trabalho exercido em caráter excepcional nos últimos trinta dias e sem procura de trabalho	Inativo com Trabalho Excepcional	Ocupado, se trabalhou na semana, ou inativo, se não trabalhou na semana
Com trabalho não-remunerado de ajuda a negócios de parentes na semana e sem procura de trabalho	Ocupado	Ocupado, se trabalhou quinze horas ou mais na semana, e inativo, se a jornada foi inferior
Com trabalho não-remunerado em organizações beneficentes na semana e sem procura de trabalho	Inativo	Ocupado
Não trabalhou na semana porque está "encostado na caixa" há mais de quinze dias	Inativo	Ocupado

Fonte: (www.dieese.com.br)

Por estes motivos, verifica-se um afastamento quantitativo entre as duas pesquisas, tornando a PED superior à PME, em função da PME utilizar o conceito de desemprego aberto em sete dias, pode-se obter uma taxa de desemprego segundo metodologia similar à PME, pois este conceito de desemprego aberto está contido na PED.

O gráfico 1 mostra os resultados obtidos utilizando a base de dados da PED para calcular a taxa de desemprego aberto segundo critérios similares aos da PME. A semelhança constatada entre as taxas ocorre, de maneira geral, ao longo de todo o período para o qual se dispõem de informações das duas pesquisas. Os poucos meses nas séries em que tal aproximação não se verifica resultam basicamente de alterações amostrais ou operacionais na PED ou PME.

Gráfico 1 – Taxa de desemprego aberto segundo critérios similares à PME.



Fonte: SEP. Convênio SEADE - DIEESE. 1994

(1) Dados Trimestrais.

(2) Dados Mensais.

03 . O DESEMPREGO NO MUNDO

O desemprego tem afetado diferentes economias no mundo. Portanto, pode-se dizer que ele é um fenômeno mundial. Neste sentido, este capítulo tem por objetivo discutir a dimensão do desemprego aberto em escala mundial ao final do século XX e mostrar que a globalização é uma das suas principais causas.

No final do século XX ocorreu uma rápida expansão do comércio internacional, com grandes investimentos externos aumentando a liquidez e principalmente maior aproveitamento de tecnologias. A alteração do papel do Estado na economia, a desregulação dos mercados de capitais, financeiros e do trabalho contribuíram também para que não houvesse maior dinamismo para a economia mundial.

Todavia, hoje, com a globalização, a informatização, as novas tecnologias, tem-se efetivamente um problema de desemprego estrutural. Um exemplo típico desta globalização está nos bancos, que adotaram caixas eletrônicos diminuindo a quantidade de trabalho humano, tendo como consequência perda do emprego.

Para uma PEA estimada em 1999 pela OIT em 3 bilhões de pessoas, havia cerca de 1 bilhão de trabalhadores vivendo com sua capacidade de trabalho subutilizada, ou seja, um a cada três trabalhadores encontrava-se na situação de desemprego ou exercendo atividades de sobrevivência. Em síntese, condição disfarçada de desemprego (subemprego). (POCHMANN, 2001).

Do total de pessoas que conformam o excedente mundial de mão-de-obra, cerca de 150 milhões de trabalhadores encontram-se na categoria de desemprego aberto, enquanto 850 milhões são considerados na condição de subemprego, exercendo atividades de sobrevivência, com jornadas de trabalho insuficientes e de remuneração muito comprimida. (POCHMANN, 2001).

Há três padrões de desemprego da PIA, que são:

- a) Pessoas que trabalham no campo (setor agropecuário), e que trabalham para manter sua subsistência. Neste caso, o desemprego aberto nem aparece, visto que, trata-se de mercado de subsistência, onde fica difícil mensurar a escassez de trabalho das pessoas neste segmento.
- b) Pessoas que trabalham no meio urbano que usam o trabalho como meio de troca por dinheiro, ou seja, o emprego da mão-de-obra, tendo como meio de troca o valor monetário. Nestas nações industriais, o desemprego traz um bloqueio à renda, tendo como consequência a falta de consumo de bens e serviços. É um tanto difícil mensurar comparações entre sociedades desenvolvidas e não desenvolvidas, pois nesta, se verificam diversas formas de mascarar o excedente de mão-de-obra, pois mesmo os desempregados que estão procurando emprego ou que tem um trabalho para sobrevivência, estão enquadrados na PEA.
- c) Adoção do serviço terciário após o processo de produção industrial. Isto se traduz em uma jornada de trabalho reduzida, levando ao uso deste tempo de não trabalho em outros serviços, como saúde, educação, turismo entre outros. Isto se caracteriza por uma transferência de renda que faz com que haja um melhor aproveitamento em outros setores da economia. Este é o único padrão de desemprego que pode ser minimizado, porém, depende de políticas nacionais.

A partir de 1929, no período da Grande Depressão, passou-se a atribuir o desemprego à ineficiência das forças produtivas e não como problema causado pelo desajuste do mercado de trabalho.

Este ressurgimento do desemprego em larga escala, acompanhado da crise econômica dos anos 70, fez com que se observasse que o excedente de mão-de-

obra estaria ligado exclusivamente ao mercado de trabalho e não a assuntos como combate à inflação, mecanismos de proteção social e de garantia de renda ao trabalhador, desmotivando-o a procurar emprego.

Todas essas idéias são descartadas em função de se trabalhar o desemprego aberto com políticas de direcionamento ao interior do mercado de trabalho. Isto é, medidas focadas na oferta de mão-de-obra, buscando a desvalorização do custo de contratação, a desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização das normas de relacionamento entre capital e trabalho. Com isso procura-se omitir a responsabilidade das políticas macroeconômicas pela geração do excedente de mão-de-obra. (POCHMANN, 2001).

Porém estas medidas não são eficazes, pois continuam produzindo grande excedente de mão-de-obra. Segundo Pochmann (2001), desde 1975 há uma tendência ao aumento do excedente de mão-de-obra. Naquele ano, a taxa de desemprego aberto foi estimada em 2,3% da PEA mundial. Mostra ainda que, vinte e quatro anos depois, esta mesma taxa seria de 5,5%, sendo mais concentrada em nações não-desenvolvidas do que em desenvolvidas.

As desigualdades existentes ao acesso de postos de trabalho, tais como experiência na função, idade, escolaridade, levam a uma “seleção natural” que desencadeia a um maior número de desempregados.

A fim de fugirem das zonas rurais, muitas pessoas dirigem-se às cidades, do seu próprio país ou de outros, em busca de emprego. Mas, na maioria dos países, não há empregos suficientes pelos quais se receba uma remuneração que permita uma vida razoável.

Nos anos 90 o setor terciário tem participado constantemente no que diz respeito à evolução do desemprego aberto no mundo, principalmente os setores de comércio e serviço nas nações desenvolvidas. Já isto não ocorre tão fortemente nos países não desenvolvidos, o qual ainda conta com os setores

industrial e agropecuário como sendo os grandes causadores de mão-de-obra excedente.

O que é visível incondicionalmente é que a presença da globalização e do progresso tecnológico tem sido talvez os principais causadores de desemprego aberto.

De acordo com os dados da OIT, no fim do século XX, existia quase um bilhão de desempregados no planeta, isto é, quase 30% de toda a força de trabalho.

Isto leva a concluir que esta mão-de-obra pode estar sendo subutilizada e que há uma idéia de competitividade. Para que se possa estabelecer e analisar as conseqüências do desemprego, se faz necessário analisar os impactos das tecnologias, precisando levar em conta a dinâmica do mercado de trabalho, analisando não apenas o comportamento das empresas partidárias das novas tecnologias, mas as mudanças que ocorrem com as suas subcontratadas, fornecedores e clientes.

As mudanças tecnológicas sempre caminharam mais rapidamente do que as mudanças sociais. As instituições resistem às transformações da tecnologia e só mudam as que não se tornam disfuncionais para grandes parcelas da população, ou seja, as mudanças tecnológicas criam focos de tensão social, pois as pessoas que perdem o emprego perdem renda e imagem. O desemprego em larga escala compromete o tecido social.

Todas estas mudanças trazem exigências de qualificação de mão-de-obra, tais como flexibilidade, soluções criativas, interar-se do processo produtivo, comprometimento integral com a empresa, ou seja, fatores que afunilam cada vez mais as possibilidades de manter-se em um emprego justo.

Por este motivo verifica-se que o desemprego é um problema quase que exclusivo dos países não desenvolvidos, e que a globalização está sendo

desfavorável para estes, pois não tem acesso à produção mundial, aos investimentos, que não são direcionados para estas nações e geralmente apresenta-se com uma pequena renda per capita. Nestes países não existe o investimento em tecnologias e mecanização da produção, ao contrário do que acontece com os países desenvolvidos, que são beneficiados com a globalização.

O atual momento do mundo do trabalho, marcado pela necessidade de flexibilização do trabalho e dos salários, pela concorrência internacional e pela diminuição dos mercados internos, apresenta graves contradições, tanto novas quanto redefinidas pelo atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

A crise do trabalho assalariado, que traz um crescimento do desemprego estrutural e a precarização do trabalho, é um dos problemas políticos mais acentuados de toda a história e, ao mesmo tempo, mostra que a classe trabalhadora, que sempre lutou para diminuir a jornada de trabalho precisa hoje, empenhar-se, para manter-se empregada, mesmo às custas de provável perda de direitos duramente conquistados.

Por sua vez, os empregos dos dias atuais dependem da constante incorporação de inovações. As empresas não podem parar de inovar. Se isso acontecer, o desemprego será mais grave. E nesse sentido, a tecnologia é a tábua de salvação do trabalho humano. A empresa moderna está sendo desafiada a deixar para trás a rigidez que caracterizou as organizações da época pré-informática e a adquirir o mais depressa possível as virtudes da flexibilidade para poder acompanhar e se adaptar às mudanças dos novos tempos.

Pode-se dizer que as tecnologias desqualificam as profissões e vice-versa, visto que as tecnologias podem servir como substitutos da educação, pois, o objetivo é de incorporar lógica e conhecimentos nas organizações, ou que a educação é complementar às tecnologias, de modo que, quanto mais tecnificado é o ambiente de trabalho, maior é o nível de educação requerido.

Para poder buscar outros caminhos é necessário reconhecer, conforme Giddens (1998) tem apontado, que “Globalização” não se refere ao movimento de capital — capital sempre foi globalizado e nunca teve dificuldades de cruzar fronteiras — e sim ao rompimento do contínuo de espaço e tempo. Tudo indica que o mundo terá menos empregos e mais trabalho nas modalidades de subcontratação, terceirização, projetos, tele-trabalho, células de trabalho etc.

Verifica-se que o mundo inteiro sofre com o desemprego, que é fruto da globalização, pois além de serem inseridas novas tecnologias no setor produtivo, as empresas cada vez mais procuram contratar trabalhadores que “custam menos”, deixando de aproveitar uma mão-de-obra mais qualificada. É visível também que nem sempre investimento com qualificação irá garantir um emprego. Isto também é verificado no Brasil que não está longe dos efeitos da globalização, conforme será discutido a seguir.

04. O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Assim como a globalização afeta o mundo todo, a situação no Brasil mostra não ser diferente, tendo em vista ser um país em desenvolvimento que absorve os efeitos da globalização. Em função desta problemática, este capítulo tem por objetivo mostrar como está o desemprego no Brasil e verificar como a tecnologia causa este fenômeno.

Na década de 1970 o Brasil demonstrou melhora em seu desenvolvimento, porém a pobreza tendeu a aumentar em um quadro bastante complexo. Tanto na área rural, pelo fato da modernização das atividades agrícolas, quanto nas metrópoles pelo aumento populacional e concentração de renda.

A tabela 02, mostra qual o nível de taxas de desemprego urbana e rural por regiões, onde se pode observar o grande crescimento da taxa de desemprego urbano em 10 anos em relação ao rural.

Tabela 02 – Brasil: evolução das taxas de desemprego urbana e rural e por grandes regiões geográficas, 1989 e 1998 (em %).

Regiões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	Urbano	Rural
1989	3,1	3,2	3,2	2,4	2,6	3,03	3,74	0,96
1998	10,5	7,4	11,2	7,7	9,2	9,39	10,6	5,18

Fonte: Pochmann (2001)

As regiões Norte e Sudeste registraram as maiores taxas de desemprego urbano sendo o dobro da rural, o que é compreensível visto que cada região possui seus próprios mecanismos de criação e destruição de postos de trabalho, em função da dinâmica demográfica destas regiões e o comportamento econômico local.

Segundo Baltar (1987), duas questões dizem respeito ao êxodo rural e suas conseqüências para o mercado de trabalho urbano, que são:

- i) Permanência de uma estrutura agrária assentada numa distribuição concentrada da propriedade e no atraso produtivo e suas conseqüências sociais, inclusive o rápido crescimento vegetativo da população, apesar das elevadas taxas de mortalidade infantil;
- ii) Intenso processo de modernização agrícola fomentado pela intervenção do Estado, notadamente no financiamento, e suas repercussões na ocupação agrícola;
- iii) Esgotamento progressivo da capacidade de absorção da população diretamente na atividade agrícola nas áreas de fronteira de expansão da agricultura.

O segundo fato está no tipo de geração de emprego e renda urbana. O aumento do consumo gerado pelo trabalho assalariado ocorreu como é o natural, porém não se equivaleu em relação aos trabalhadores assalariados que tinham garantia de direitos trabalhistas e os trabalhadores que atuavam por conta própria, sem amparo dos direitos trabalhistas.

Segundo Oliveira e Mattoso (1996), isto se deveu ao fato de uma distribuição de renda desigual, refletindo:

- i) Nas limitações da difusão do consumo de bens, apesar da montagem de um aparelho produtivo capacitado para expandir-se de modo a atender a uma maior parcela da população;
- ii) Na insuficiente ampliação dos serviços coletivos, notadamente os sociais;
- iii) Na ampliação e diversificação de serviços privados para a população de alta renda, fundados na presença de mão-de-obra abundante e barata;
- iv) Na proliferação de serviços baratos para a população de baixa renda, apesar de seu escasso poder de compra.

Por estes motivos, do ponto de vista do emprego e da renda, as condições gerais do mercado de trabalho urbano, não operaram de maneira adequada, visto que o emprego formal não crescia conforme as expectativas, tendo como consequência o aumento do quadro de trabalhadores não assalariados e sem carteira assinada, tendendo a uma redução dos níveis de salário, ou seja, o desemprego aberto.

Nas tabelas 03 e 04, pode-se verificar a evolução das taxas de desemprego por faixa etária e por gênero.

Tabela 03 – Brasil: evolução das taxas de desemprego por faixa etária, 1989 e 1998 (em anos e em %)

Faixa Etária	Brasil	10 a 14	15 a 24	25 a 49	50 e mais
1989	3,03	3,46	5,52	2,26	0,68
1998	9,39	12,01	17,92	6,94	3,54

Fonte: Pochmann (2001)

Tabela 04 – Brasil: evolução das taxas de desemprego por gênero, 1989 e 1998 (em anos e em %)

Gênero	Brasil	Masculina	10 a	15 a	25 a	50 e	Feminina	10 a	15 a	25 a	50 e
			14	24	49	mais		14	24	49	mais
1989	3,03	3,07	4,01	5,39	2,37	0,87	2,94	2,09	5,73	2,06	0,17
1998	9,39	7,65	10,78	14,63	5,29	3,71	11,03	14,51	22,8	9,17	3,24

Fonte: Pochmann (2001)

Diante dessas duas tabelas pode-se verificar que as maiores taxas de desemprego estão entre os jovens, principalmente entre os anos de 15 a 24 e entre as mulheres, pois são vistas como mão-de-obra não qualificada, em função de não possuírem muita experiência. Entre as pessoas de 50 anos ou mais, os

homens são mais atingidos, onde se verifica a máxima de que estes trabalhadores já estão muito “velhos” para o mercado de trabalho e são dispensáveis.

Na segunda metade dos anos 70, houve uma desaceleração do crescimento industrial brasileiro, que foi seguida de uma recessão interna, fazendo com que houvesse queda de postos de trabalho. Tudo isso foi acompanhado por um cenário de crise do endividamento externo, ocasionado pelo 2º choque do petróleo, da elevação das taxas de juro internacional e da política adotada pelo Brasil de ajuste recessivo.

Diferentemente aos anos 70, os anos 80 se caracterizaram por uma crise econômica de caráter estrutural, não demonstrando transformações no que diz respeito à pobreza no país, havendo um grande aumento da pobreza, principalmente no meio urbano, associado à deterioração dos indicadores de renda e emprego.

Em função da continuidade do grande êxodo rural, as cidades não conseguiram acompanhar este aumento, fazendo com que o poder de compra das rendas do trabalho não fosse suficiente para cobrir a estagnação com aceleração inflacionária que estava presente.

A crise econômica, as políticas econômicas que estavam sendo adotadas e o esgotamento do padrão de desenvolvimento, influenciaram o mercado de trabalho nos anos 80.

O desemprego aberto manteve-se com mais vigor nos períodos de recessão verificado entre 1981 e 1983 e diminuiu com o crescimento do nível de atividade na economia observado entre 1984 e 1986. Isto se manteve até o final da década de 80, que indicou taxas relativamente baixas de desemprego, apontando uma absorção do aumento da PEA, sendo observado mais nas atividades urbanas do que nas rurais. (BALTAR e GUIMARÃES NETO, 1987).

Estes novos empregos foram criados pelos setores de comércio e prestação de serviços, principalmente em atividades terciárias como, reparação e conservação, alojamento e alimentação, atividades sociais e apoio à atividade econômica na ocupação urbana. Os setores de produção, como a indústria de transformação e construção civil, não tiveram grande participação neste fenômeno, visto que foram os mais atingidos pela crise econômica.

Apesar deste quadro de absorção da PEA urbana, ainda verificava-se um aumento de trabalhadores por conta própria e também de assalariados sem contrato de trabalho com carteira assinada, mesmo sendo observado um aumento das atividades sociais e da administração pública.

Segundo Oliveira e Mattoso (1996), a informalização da ocupação não-agrícola nos anos 80 esteve associada a dois fatores:

- i) Ao lento crescimento do assalariamento formal em empresas privadas, que refletiu o baixo dinamismo em especial da indústria de transformação civil;
- ii) A proliferação de pequenos negócios, manifesta no rápido crescimento do número de trabalhadores por conta própria, empregadores e assalariados sem carteira de trabalho, principalmente no comércio e nos serviços, em particular no segmento de reparação e conservação.

Isto leva a observar que há uma certa deterioração do mercado de trabalho nos anos 80, sendo amenizado pelo crescimento lento da população urbana nas grandes cidades, havendo necessidade de absorção de mão-de-obra nestes centros, pelo crescimento do emprego no setor público, verificado em atividades sociais, e pela reestruturação do aparelho produtivo que recuperou a população desempregada nos períodos em que houve queda no nível de atividade econômica.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, em 1980 o Brasil possuía cerca de 23 milhões de trabalhadores assalariados com registro formal, e em 1989, havia passado para 25,5 milhões. No ano de 1999, a quantidade de assalariados com carteira assinada havia caído para 22,3 milhões de trabalhadores (POCHMANN, 2001).

Em função do grande endividamento da economia brasileira nos anos 70, seu desempenho nos anos 80 foi marcado pela imposição internacional ao pagamento dos serviços da dívida externa. Para isto, a meta era aumentar em US\$12 bilhões o superávit da balança comercial, com uma política de mais exportações e menos importações. (OLIVEIRA e MATTOSO, 1996).

Com esta política comercial, o mercado doméstico para as empresas que operavam no país foi beneficiado e protegido, visto que para compensar as menores vendas com a prática de maiores margens de lucro no mercado interno.

Nos anos 90, com a mudança no cenário financeiro internacional, o Brasil pôde ter uma melhoria no que diz respeito à entrada de recursos financeiros, em função da diminuição da taxa de juros internacional e ao aumento da liquidez. O governo então, para aproveitar deste bom momento, com intuito de aumentar a competitividade internacional, reduziu significativamente as tarifas alfandegárias e os controles administrativos das importações. Usou disto também, para tentar controlar a inflação, permitindo a valorização da moeda nacional.

Esta política comercial fez com que houvesse uma piora sobre a estrutura da produção, promovendo:

- i) Revisão dos termos de contratos de compra e venda com prazo dentro das diversas cadeias de produção e distribuição;
- ii) Pela valorização da moeda com intuito de modernização e abertura comercial, rebaixar as margens de lucro, atingindo principalmente a base das cadeias de produção..

Com esta medida, alguns fornecedores não conseguiam competir com os produtos importados e também com a queda em seus preços. Houve então, um aumento das importações de bens intermediários, que fez com que houvesse um pequeno aumento do emprego industrial, apesar da recuperação da produção setorial.

Outro fator que provocou o declínio da elasticidade-produto foi a terceirização das várias atividades, tendo como exemplo as de serviços, manutenção e inclusive a de produção, que era facilitado pela importação de máquinas e equipamentos.

Em função desta estagnação da produção industrial e a maneira com que a mesma vem se ordenando, verifica-se que na primeira metade dos anos 90 não houvesse um crescimento do emprego formal.

Informações sobre empregados com vínculos formalizados no final da década de 1980 indicam que, para um estoque de quase 24 milhões de empregados, as empresas demitiram em média 950 mil trabalhadores todos os meses, equivalendo a uma rotação mensal de cerca de 4% do estoque total de empregados. (BALTAR e HENRIQUE, 1994).

Isto se deve ao fato de que as empresas operam conforme o nível de produção, mantendo um plantel de empregados fixos e contratando e dispensando conforme suas necessidades.

As empresas, ao invés de contratar mão-de-obra diretamente, procuram utilizar a subcontratação, o que demonstra muitas vezes a instabilidade e precariedade da ocupação.

Como consequência deste quadro de desemprego prolongado, surge uma nova dimensão do problema de emprego no Brasil: ausência de emprego formal, superpondo-se às suas limitações estruturais. Verifica-se que há uma heterogeneidade das ocupações, dividida em um grupo pequeno de trabalhadores

com emprego estável e sendo relativamente bem remunerados e outro grupo, significativamente maior de empregos instáveis e mal remunerados. Dentro deste quadro podemos citar os autônomos, que como não possuem renda fixa e tem condições de trabalho mais favoráveis, porque trabalham com as empresas, algumas vezes aceitam trabalhar por muito pouco, o que agrava ainda mais o quadro de precarização do trabalho.

Pode-se observar este fenômeno na Tabela 5:

Tabela 05 – Brasil: Evolução das taxas de variação média anual da ocupação por setor nos períodos 1979/1989 e 1989/1998 (em %).

SETORES	Primário	Secundário	Ind. Transf.	Outras Ind.	Terciário	Comércio	Serviço	Total
1979-1989	-0,58	2,75	3,11	2,08	4,86	5,27	4,75	2,82
1989-1998	1,62	-0,31	-1,61	2,32	2,22	2,57	2,11	1,52

Fonte: Pochmann (2001)

Outro fator predominante é o fenômeno da privatização e a focalização das atividades do Estado, que interage com uma maior exposição da economia nacional, concorrendo com a internacional. A abertura comercial verificada em cinco anos da década de 90, tem feito com que as empresas de pequeno e médio porte adaptem-se a um processo de concentração produtiva, tendo como consequência, queda acentuada dos níveis de emprego. Um exemplo deste tipo de empresa é a têxtil.

Nas empresas multinacionais, como no setor automobilístico, que onde foram feitos investimentos maciços e duplicação da capacidade produtiva não resultaram em geração de novos empregos. Ao contrário, com os investimentos feitos as empresas puseram em prática um amplo programa de modernização e automação, cortando milhares de postos de trabalho.

Os setores siderúrgico e químico, que têm tido a maior incidência de privatização, têm promovido um rápido enxugamento dos funcionários. Quanto ao setor produtivo de bens de capital, que é ocupado por grupos nacionais, tem sofrido uma rápida racionalização com focalização produtiva que reorganiza estes grupos, fazendo com que o quadro de funcionários apresente queda significativa. (OLIVEIRA e MATTOSO, 1996).

Verifica-se que todas estas empresas passam por ajustes produtivos que muitas vezes não diz que há modernização, traduzindo-se em queda na geração de empregos. O setor terciário também não consegue absorver a população ativa.

Um aumento de empregos nas atividades de serviços e comércio tradicionais, praticados por pequenas e médias empresas fez com que o quadro não se tornasse mais grave. (OLIVEIRA e MATTOSO, 1996).

No caso do Brasil é comum ver crianças trabalhando para levar dinheiro aos pais, ao invés de estarem na escola, ou pessoas aposentadas e/ou pensionistas trabalhando para terem como complementar a renda. Isto se traduz em ocupação desnecessária de postos de trabalho que poderiam estar sendo ocupados por pessoas que efetivamente estão desempregadas.

O Brasil é o terceiro país em desemprego no mundo, em números absolutos com base em dados oficiais de 141 países. Em 1999, o volume de desemprego aberto em todo mundo foi de 138 milhões de pessoas. O Brasil, de acordo com dados do IBGE, com 7,7 milhões de pessoas sem trabalho, concentrou 5,61% desse total. O país só fica atrás da Rússia, com 9,1 milhões de pessoas sem emprego e da Índia, com quase 40 milhões. No início dos anos 90, o país ocupava o oitavo lugar no ranking mundial do desemprego, em 95, subiu para quinto e, em 98 ficou com a terceira posição. (CORREIO BANCÁRIO, 01/02/2000).

Nos últimos 24 anos, o desemprego mundial aumentou de 2,3% da PEA para 5,5%. Nos países desenvolvidos, as taxas cresceram em média, 53%. Em

outros, o aumento chegou a 200%. No Brasil, nesse mesmo período, o índice cresceu 369,4% passando de 1,73% da PEA, em 1975, e para 9,85% em 1999. A globalização está aumentando a concentração do desemprego em países subdesenvolvidos, incluindo o Brasil, levando em consideração que os avanços tecnológicos são os responsáveis pelo desemprego, já que os países mais afetados pelo problema são justamente os mais atrasados. (CORREIO BANCÁRIO, 01/02/2000).

CONCLUSÃO

Pode-se observar que hoje em dia muitos são os fatores que ocasionam a perda do emprego e a falta de postos de trabalho no Brasil e no mundo. Entretanto, dentre todos os fatores, o que mais contribui para o desemprego é a globalização.

Na realidade, a tecnologia trazida pela globalização pode ser benéfica ou perversa na medida em que ela tanto pode eliminar postos de trabalho, pois traz informatização, fazendo com que o trabalho humano seja totalmente substituído, quanto impulsionar os trabalhadores a se qualificarem cada vez mais para os postos de trabalho oferecidos pelas empresas que estão se modernizando. Neste caso, um melhor aperfeiçoamento pode significar melhores e novas oportunidades.

A concepção de que a tecnologia traz melhor qualificação é válida. Porém, os países precisam estar totalmente preparados para enfrentar os problemas advindos da globalização. Neste sentido, seus governos precisam estabelecer políticas específicas com o intuito de melhorar a qualificação dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, fazer com que as empresas possam gerar mais postos de trabalhos de modo que esta mão-de-obra venha a ser bem aproveitada.

É exatamente em função das transformações provocadas pela globalização, na qual a tecnologia é o motor principal, que o desemprego ainda será por um bom tempo o foco central das preocupações dos governantes. No Brasil, por exemplo, os grandes centros urbanos não comportam toda a oferta de mão-de-obra, seja ela proveniente do setor agrário, seja ela eminentemente urbana. De fato, o desemprego, principalmente no caso brasileiro, tem afetado não só a mão de obra desqualificada, como também a qualificada, cujos profissionais acabam por exercer uma função totalmente diferente da que gostariam. Portanto, pode-se dizer que o fantasma do desemprego está longe de ser um fenômeno passageiro.

REFERÊNCIAS

- BALTAR, P. E. A. e GUIMARÃES Neto, L.** *Mercado de Trabalho e Crise*. ANPEC, 1987.
- BALTAR, P. E. A. e DEDECCA, C.S.** *Emprego e salários nos anos 60 e 70*. Campinas, CESIT/DE/UNICAMP, 1992, mimeo.
- BALTAR, P. E. A. e HENRIQUE, W.** Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. IN: *“O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo, Seritta, 1994.
- BALTAR, P. E. A. e PRONI, M. W.** “Sobre o regime e trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial.”. *Crise e trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* Campinas, CESIT/DE/UNICAMP, 1996, mimeo
- CARLEIAL, L. e VALLE, R.** “Produtividade de Desemprego: Tendências Atuais”. *Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil*. Hucitec – Abet, São Paulo, 1997.
- CASALI, A. (org.)**. *Empregabilidade e educação - Novos caminhos para o mundo do trabalho*. São Paulo: Editora da Puc-SP – EDUC, 1997.
- Correio Bancário, 01/02/2000.**
- COUTINHO, I. e FERRAZ, J. C. (coord.)**. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas, Papirus, 1994.
- DIEESE**, *Considerações sobre a Reestruturação Produtiva no Brasil*, julho 1996.
- FRIGOTTO, G. (org.)**. *Educação e crise do trabalho - perspectivas de final de século*. São Paulo: Vozes, 1998.

GIDDENS, A. *Política, Sociologia e Teoria Social - Encontro com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 1998

OLIVEIRA, C. A. B. e MATTOSO, J.E.L. “Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado? Campinas – Fecamp, 1996.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização – A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Editempo Editorial, 2001.

SINGER, P. *Globalização e desemprego*. São Paulo : Contexto, 1999. 3.ed.

Universidade e Sociedade n. 13, “Precarização e desemprego: as mudanças no mercado de trabalho brasileiro”, de Rosane Maia.

www.dieese.com.br